



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **18 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 28 de julho de 2011

A CRITICA Conselho de Administração da Suframa avalia pauta com investimento de US\$ 599,4 mi	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Crea-AM fiscaliza trabalho estrangeiro na indústria de Manaus	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
A CRITICA Amazonas terá núcleo para promover integração nas áreas de fronteira.....	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Governo publica novo PPB de motocicletas no Diário Oficial	5
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo faz sua maior intervenção no câmbio e ameaça ir mais longe.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Desarranjo global e medida cambial.....	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Isenção incentivada importação de equivalente nacional.....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Governo age e dólar tem maior alta em um ano	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO CMN assume batalha cambial	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO WEG desenvolve sistemas para veículos elétricos	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO CNI defende medidas mais severas contra concorrência desleal.....	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Apoio do governo à indústria é pouco eficiente, avalia entidade.....	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Setor de ar condicionado sofre com importados.....	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Governo cria nova taxa para frear especulação com dólar	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Exportadores serão prejudicados com taxa do IOF, dizem especialistas	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRITICA Omar entrega nesta quinta ADI contra decreto que desonera ICMS para tablets.....	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL AMAZÔNIA O encontro de trabalhadores vai ocorrer no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas.....	24
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL AMAZÔNIA Suframa avalia investimentos de US\$ 599,4 mi no PIM nesta quinta	25
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Conselho de Administração da <u>Suframa</u> avalia pauta com investimento de US\$ 599,4 mi		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO LOCAL	

O Conselho de Administração da **Suframa** (CAS) avalia, nesta quinta (28), pauta com 50 projetos industriais e de serviços que totalizam investimento total (incluindo capital de giro) de US\$ 599,4 milhões e preveem a geração de 3,4 mil empregos. Entre os destaques estão projetos de aproveitamento de insumos regionais, atualização no polo de duas rodas e de **produção** de tablets. A reunião será na sede da autarquia, às 14h.

Samsung e Positivo, que já tiveram seus projetos para fabricação de tablets aprovados no Conselho de **Desenvolvimento** do Estado do **Amazonas** (Codam) - que delibera sobre concessão de incentivos de **ICMS** - pleiteiam, agora, a aprovação de seus projetos no CAS, que concede incentivos de impostos federais.

A reunião será presidida pelo secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)**, Alessandro Teixeira, e terá ainda a participação do presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Alziro Herz da Jornada.

Entre os projetos em análise, está o que prevê o beneficiamento de borracha granulada no município de Iranduba, pela empresa Andrade Ribeiro Indústria do Látex Ltda. O investimento de US\$ 2,2 milhões reforça a cadeia produtiva da borracha para atender a fabricante de pneus Levorin.

Grandes Marcas também trazem projetos de implantação no **PIM** como a Pioneer a Jabil do Brasil. As duas empresas vão produzir câmera de vídeo de imagens fixas. O investimento da Pioneer é de US\$ 2,6 milhões, e o da Jabil, US\$ 694 mil.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Crea-AM fiscaliza trabalho estrangeiro na indústria de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Pelo menos 71 empresas do PIM estarão na mira do Conselho esta semana

As empresas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** que empregam trabalhadores estrangeiros nas áreas de engenharia, arquitetura e agronomia vão ser alvo da campanha de fiscalização e esclarecimento do conselho **regional** da classe - o Crea/AM, uma vez que o **PIM** concentra o maior índice de trabalhadores estrangeiros.

A ação em parceria com a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** ainda está em fase de execução. O Crea/AM já oficiou 71 empresas e realiza o trabalho na semana de 25 a 29 de julho com o tratamento das informações repassadas pelas empresas que foram oficiadas.

O trabalho do Crea faz parte de uma orientação nacional que leva em conta características específicas de cada Estado e das empresas neles presentes. Para dar mais efetividade à ação, alguns regionais estão buscando parcerias com órgãos como o **Ministério** do Trabalho, o **Ministério** Público e a Polícia Federal.

A campanha, de iniciativa do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do **Amazonas** (Confea) em todos os Creas, trará orientações sobre os procedimentos necessários para a regularização da situação profissional no

Brasil. O Crea/AM informou que a campanha terá intuito educativo, ao invés de repressivo.

O coordenador do Grupo de Trabalho e Fiscalização do Confea, Álvaro José Cabrini, explicou que para um estrangeiro trabalhar legalmente no Brasil, é preciso ter o diploma validado pelo **Ministério** da Educação (MEC) e, nos casos de permanência definitiva, registro profissional no Crea. Os trabalhadores temporários precisam de autorização do Conselho Nacional de Imigração (Cnig) e contrato de trabalho válido.

Se forem encontrados casos de trabalho ilegal, o sistema Confea/Crea dará um prazo para que os trabalhadores estrangeiros e a empresa regularizem a situação.

Segundo o **Ministério** do Trabalho, em 2010, mais de 56 mil estrangeiros foram autorizados a trabalhar no Brasil. Desses, 53,4 mil em empregos temporários, com estada no País limitada a dois anos, e 2,5 mil permanentes, um aumento de 30% na comparação com 2009.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Amazonas terá núcleo para promover integração nas áreas de fronteira		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Governos Federal e Estadual, além de uma rede de instituições se unem para reforçar a presença do poder público nas regiões fronteiriças do Estado com outros países

Município de Tabatinga será uma das cidades da região fronteira atendida pelo núcleo (Ney Mendes - 10.05.2011)

Os municípios do **Amazonas** que ficam em áreas de fronteira com outros países contarão com atividades que impulsionem o **desenvolvimento** e integração com localidades vizinhas. As ações devem ser conduzidas pelo Núcleo Estadual de Faixa de Fronteira, instalado nesta terça-feira (26), durante reunião entre representantes do **Ministério** da Integração Nacional, Secretaria de Estado de Planejamento Econômico (Seplan) e prefeituras.

O projeto do **Governo Federal** prevê a implantação de 11 núcleos em todo o País.

No **Amazonas**, municípios como Benjamin Constant, Tabatinga e Atalaia do Norte devem ser alvos das atividades do núcleo. Além de melhorias na infraestrutura, o núcleo deve organizar ainda ações voltadas para o fortalecimento de atividades econômicas na área de fronteira do **Amazonas**.

Apesar de instalado nesta terça-feira, o lançamento oficial deve ser feito durante a Feira Internacional da **Amazônia** (FIAM 2011), até outubro deste ano. A formulação da unidade será publicada, em forma de decreto, no Diário Oficial do Estado (DOE).

De acordo com o diretor de **Desenvolvimento Regional** da Seplan, Marconde Carvalho de Noronha, o objetivo do núcleo é fomentar as atividades econômicas já realizadas nos municípios.

“Já temos projetos voltados para a segurança na região de fronteira e este será criar alternativas de

melhorar a economia desses locais”, explicou. O núcleo deverá ser coordenado pela Seplan.

A formulação da unidade está sendo acompanhada pelo especialista em Política Pública do **Ministério** da Integração Nacional, Alexandre Peixoto, que participou da reunião.

Também farão parte do núcleo, a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Associação Amazonense dos Municípios (AAM), Exército e Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP/AM), bem como as universidades Federal e Estadual do **Amazonas**.

Segundo Marconde, com o auxílio das entidades parceiras, serão promovidos cursos de formação, além da formalização de associações de trabalhadores e pequenas indústrias nos municípios.

“Os governos federal, estadual e municipais querem descentralizar o **desenvolvimento** do Estado. Atualmente, há uma certa estrutura em **Manaus** e municípios próximos”, apontou Marconde.

Plano de ação

O Núcleo Estadual de Faixa de Fronteira deve apresentar, até o início do próximo ano, o plano de ação para todos os municípios de fronteira do **Amazonas**. Os órgãos responsáveis pela implantação da unidade estão elaborando um calendário de visitas e outras visitas para a estruturação do grupo.

De acordo com informações do **Ministério** da Integração Nacional, o núcleo deverá listar as atividades econômicas dos municípios e mesmo atividades sociais de integração com os outros países para elaboração de projetos para a captação de recursos.

A instalação do Núcleo Estadual é definida pela Comissão Permanente para o **Desenvolvimento** e

Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), criada pelo **Governo Federal** no ano passado com o propósito de estabelecer uma ação institucional contínua nessas regiões.

Histórico

A estruturação do núcleo no **Amazonas** começou com a primeira reunião com o **Ministério** realizada no

mês passado. Não há um prazo delimitado para a existência do núcleo.

O primeiro deve ser montado no Paraná, onde fica a área de fronteira mais populosa do País. Ao todo, 11 núcleos serão montados.

Também está em fase de estruturação um grupo no Amapá.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Governo publica novo <u>PPB</u> de motocicletas no Diário Oficial	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO LOCAL

O novo **PPB** vinha sendo discutido desde março de 2010 entre a **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**, entidades de classe do setor e empresas representantes.

Manaus - O **Governo Federal** publicou no Diário Oficial da União (DOU) dessa segunda-feira (25) a Portaria Interministerial nº 195/2011, que estabelece o novo Processo Produtivo Básico (**PPB**) para motocicletas, ciclomotores, motonetas, triciclos e quadriciclos industrializados na **Zona Franca de Manaus**. As novas regras, fixadas conjuntamente pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** e pelo **Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)**, passam a vigorar a partir de julho do próximo ano e têm como principal objetivo a busca pelo adensamento da cadeia produtiva do setor de duas rodas do **PIM** e o fomento à geração de postos de trabalho.

O novo **PPB** vinha sendo discutido desde março de 2010 entre a **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)**, entidades de classe do setor e empresas representantes tanto da parte das fabricantes de bem final quanto das fabricantes de componentes, partes e peças. Conforme o texto da portaria, serão quatro etapas produtivas exigidas: injeção das partes e peças plásticas; soldagem completa e pintura do chassi para todos os modelos até 450 cilindradas; montagem do motor; e montagem completa do produto final.

O maior avanço verificado com o novo **PPB** é a mudança de metodologia visando ao cumprimento do número mínimo de partes e peças nacionais e regionais que terão de ser obrigatoriamente utilizadas nas motocicletas, conforme a escala de **produção** de cada empresa. Antes, o critério utilizado era o da contagem de operações mínimas e, agora, passará a ser o do somatório de pontos, que serão

acumulados mediante a **produção** e/ou aquisição de partes e peças no **mercado regional** e/ou nacional, conforme tabela constante no Anexo II da portaria interministerial. A mudança de critérios visa, sobretudo, a corrigir eventuais distorções nas regras produtivas e estimular a competitividade do segmento como um todo.

Para efetivo cumprimento do novo **PPB**, as empresas deverão atingir quantidades mínimas de pontos e peças, que serão apuradas conforme o modelo e o volume de **produção**, sendo que, quanto maior a escala de **produção**, maiores serão os níveis de agregação de valor e de compra de partes e peças regionais exigidos. Outro ponto a ser destacado é o fato de que as partes e peças produzidas na **Zona Franca de Manaus** terão peso maior para efeito de acúmulo de pontos, recebendo um acréscimo de 50% em relação às semelhantes produzidas nas demais regiões do país.

Segundo o coordenador-geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da **SUFRAMA**, Gustavo Igrejas, o novo **PPB** está à altura das necessidades e novos desafios do polo de Duas Rodas, que hoje representa o segundo maior segmento industrial da região e é responsável por aproximadamente 30% dos índices de faturamento, geração de mão-de-obra e investimentos do **PIM**. “Buscamos em todas as etapas de discussão e definição contemplar o interesse coletivo de todos os envolvidos e resguardar, sobretudo, os investimentos previstos para o setor nos próximos anos. Temos confiança de que as novas regras produtivas estimularão novos negócios na cadeia produtiva **regional** e contribuirão fortemente para a manutenção e geração de empregos”, afirmou Igrejas.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo faz sua maior intervenção no câmbio e ameaça ir mais longe		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pacote para o mercado futuro vai taxar e controlar apostas na valorização do real

Em sua mais agressiva ação contra a alta do real, o governo decidiu controlar as apostas na queda do **dólar** no mercado futuro - que ontem atingiram US\$ 22,8 bilhões, quase todas feitas por estrangeiros - e acenou com novas medidas. Haverá cobrança de 1% de IOF para quem apostar mais de US\$ 10 milhões no real, e operações com derivativos fora da bolsa terão de ser registradas. O ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola aponta "desespero". "Isso tende a reduzir a liquidez aqui e aumentar no exterior." Já para Alexandre Tombini (BC), "a economia sai mais forte". O **dólar** subiu 1,5% e fechou a R\$ 1,559, após cinco dias de queda.

Governo faz maior intervenção no câmbio e indica que pode elevar a dose

Pacote amplia o poder de ação do Conselho Monetário Nacional no mercado futuro e **dólar** sobre 1,35%, na maior alta em mais de um ano

Fabio Graner e Iuri Dantas / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Em sua mais agressiva ação para conter a alta do real, o governo decidiu taxar e controlar as apostas na queda do **dólar** no mercado futuro e deu superpoderes para o Conselho Monetário Nacional (CMN) regular esse segmento. Com as medidas, o **dólar** reagiu, fechando em alta de 1,35%, a R\$ 1,559, no maior ganho diário desde 29 de junho de 2010, quando avançou 1,51%.

O pacote de medidas anunciado ontem mira a especulação feita por investidores estrangeiros - reforçadas com as incertezas pelo impasse em torno do aumento do limite da dívida dos EUA - e busca evitar

mais prejuízos a exportadores, depois que a moeda americana atingiu a menor cotação em 12 anos.

Com uma medida provisória e um decreto, o governo instituiu a cobrança de 1% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) quando os investidores ampliarem suas apostas na valorização do real, sempre que excederem US\$ 10 milhões.

Essas operações são conhecidas no jargão financeiro como posições vendidas de câmbio. Assim, se um investidor estiver "vendido" em US\$ 15 milhões na segunda-feira e na terça-feira elevar essa posição para US\$ 20 milhões, pagará US\$ 50 mil de imposto. O tributo poderá, por decreto, chegar a 25% se o governo achar necessário. "Fizemos uma coisa mais completa, temos agora um arsenal maior", definiu o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Derivativos são instrumentos financeiros que usam um ativo de referência, como o **dólar**, para fixar um ganho. Essas operações, em que não há movimento físico de dinheiro - exceto o depósito de garantias -, são o principal motor da cotação do **dólar**, na avaliação do governo. Isso porque, com base em apenas um contrato, o investidor pode fazer grande volume de negócios.

Controle. O governo também decidiu exigir o registro de todas as operações com derivativos entre empresas ou investidores fora de ambientes como a bolsa de valores, o chamado mercado de balcão. Com isso, espera ter mais transparência e controle sobre esses negócios. Pelo CMN, poderá definir limites, como tamanho dos contratos, e estabelecer a qualquer momento garantias maiores para tais operações.

Segundo a BMF&Bovespa, o mercado futuro registrava ontem US\$ 22,8 bilhões em apostas na valorização do real, sendo US\$ 18,7 bilhões em contratos futuros. Investidores estrangeiros respondiam por 99,9% das apostas que o governo quer inibir com o

pacote. "Vamos retirar parte da rentabilidade da especulação", disse Mantega.

A reação inicial do **mercado** correspondeu às expectativas. O **dólar** chegou a subir 2,21% durante o pregão e fechou o dia em alta de 1,35%, interrompendo cinco quedas consecutivas. Com a maior

agressividade no câmbio, o governo sinaliza que não pretende contar com ajuda extra da valorização do real para reduzir a inflação. Isso reforça o debate sobre a continuidade do processo de alta dos juros. A medida é polêmica e divide o **mercado**. / COLABORARAM ADRIANA FERNANDES E RENATA VERÍSSIMO

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Desarranjo global e medida cambial		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Monica Baumgarten de Bolle - O Estado de S.Paulo

Cumprindo a promessa reiterada várias vezes nos últimos dias, o governo brasileiro anunciou novas medidas para os **mercados** de câmbio focadas nas operações com os derivativos cambiais. Além de um IOF de 1% que incidirá sobre essas operações, passará a ser obrigatório o registro de todas as negociações com derivativos nos **mercados** de balcão. A medida provisória também dá ao CMN o poder adicional de estabelecer, futuramente, depósitos para os valores dos contratos negociados e de impor limites, prazos e outras condições para operações com derivativos de câmbio. Essa potencial ampliação da margem de atuação do governo - o elemento mais duro da medida - cria incerteza e aumenta o risco das operações com derivativos, desarmando, espera-se, as posições indesejadas que acentuam a valorização do câmbio.

A preocupação do governo com a evolução do real é compreensível. Afinal, o desarranjo macroeconômico das economias avançadas é uma das principais causas da valorização do real. Para complicar, a crise global iniciada em 2008 está em constante mutação. Primeiro, a turbulência financeira aguda transformou-se em crise fiscal crônica, com a assunção dos passivos privados pelos governos das economias maduras. Agora, a crise fiscal crônica virou crise política aguda, impossibilitando uma visão mais otimista da recuperação global. A perda de governança, sobretudo nos EUA, é, junto com a fragilidade econômica, o principal fator

de enfraquecimento do **dólar**, que deve perdurar. O resultado disso para a economia brasileira são as persistentes entradas de recursos externos e os movimentos unidirecionais da taxa de câmbio.

Mas o governo brasileiro é, como diz a expressão popular, gato escaldado. Depois dos movimentos unidirecionais do câmbio que resultaram na confusão desastrosa dos derivativos em 2008, prejudicando grandes empresas e instituições financeiras, ficou claro que é melhor prevenir que remediar. É essa a principal motivação para as medidas.

A legitimidade do registro obrigatório dos derivativos, alinhado com o debate internacional sobre regulação desses **mercados**, é evidente. Menos evidente é a legitimidade das brechas na MP que permitem ao governo atuar ainda mais agressivamente nos **mercados** de câmbio, agravando as distorções do excesso de intervenção. Conter a valorização do câmbio aumentando a incerteza sobre a atuação do governo pode até ser eficaz. Mas é mais um exemplo da criatividade destrutiva do governo brasileiro, que prefere dizimar a transparência e enaltecer a opacidade.

É ECONOMISTA, PROFESSORA DA PUC-RJ E DIRETORA DO IEPE/CASA DAS GARÇAS

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Isenção incentiva <u>importação</u> de equivalente nacional	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Criado há 13 anos para incentivar a exploração de petróleo e gás no país, o Repetro, regime que isenta de impostos as importações voltadas ao setor, continua a permitir a entrada de bens que já são fabricados em larga escala pela indústria nacional.

O uso do regime pela bilionária indústria de petróleo e gás não para de crescer. Desde 2001, a renúncia fiscal soma R\$ 50 bilhões, sendo que R\$ 33 bilhões nos últimos seis anos, segundo a Receita.

De 2005 a 2010, o Repetro respondeu por 21% de toda a suspensão de tributação no país. Trata-se da maior renúncia fiscal do país, acima da **Zona Franca de Manaus**.

Com o real sobrevalorizado, a importação fica mais atrativa. A Folha mostrou no mês passado que, de 22 plataformas de produção de petróleo encomendadas nos últimos quatro anos, só três estão sendo integralmente construídas no Brasil.

A manutenção do regime é contestada, especialmente entre fornecedores brasileiros, que pedem uma revisão da regra.

O Repetro entrou em vigor em 1998, em um cenário em que a indústria do petróleo ainda engatinhava e poucos bens e equipamentos eram fabricados no país.

Outra diferença de contexto gritante era o preço do barril. No final da década de 90, girava em torno de US\$ 20. Hoje, beira US\$ 100, o que garante margens mais folgadas aos produtores.

Na época em que o Repetro foi instituído, a perspectiva de se encontrar grandes quantidades de petróleo e gás no país não era tão clara.

O risco de se explorar era bem maior.

SETOR MADURO

O Repetro prevê isenção fiscal na entrada de plataformas, navios de apoio e outros equipamentos, desde que destinadas à exploração e produção.

Não há uma lista definida com o que é permitido pelo regime. As empresas importam qualquer produto e

apresentam com justificativa à Receita, que avalia se o que está sendo importado será usado para explorar ou produzir.

Ex-secretário de energia do Rio, Wagner Victer diz que o Repetro não é mais necessário à indústria. Segundo ele, o setor já está maduro, e a alta rentabilidade atual dos negócios com petróleo dispensa necessidade de isenção.

"O Repetro estava previsto para durar até 2005. Foi estendido até 2020, mas já deveria ter parado."

A exploração no pré-sal, que vai ampliar ainda mais as atividades do setor de petróleo e gás, é vista como um ponto de partida para mudanças no Repetro.

A Receita avalia que será preciso estender a estrutura diante da perspectiva de alta das importações pelo pré-sal.

RESULTADO ENERGÉTICO

A EDP no Brasil, do grupo EDP Energias de Portugal, fechou o primeiro semestre deste ano com lucro líquido de R\$ 316,5 milhões, o que representa crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2010.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) atingiu R\$ 875,4 milhões, com alta de 7,8%.

"O resultado foi bom, porém, impactado pela provisão que fizemos por razão judicial relativa a uma ação de 11 anos atrás", disse Antônio Pita de Abreu, presidente do grupo no Brasil.

Quanto ao volume de energia vendida no semestre, o aumento na comercialização no mercado livre foi de 28,2%. Na geração, registrou alta de 9,5% e de 3,4% na distribuição, com acréscimo de 2,4% na EDP Escelsa (ES) e de 3,9% na EDP Bandeirante (SP).

"A média de 3% deve ficar próxima do que deverá ser o PIB no semestre."

A recente oferta secundária de ações da EDP na Bolsa, que girou R\$ 810,724 milhões, teve procura 4,5 vezes maior que a oferta, revelou.

SEM SOLIDARIEDADE

O **Brasil** destina apenas 0,3% do **PIB** (Produto Interno Bruto) para caridade, de acordo com pesquisa da consultoria Bain & Company.

Entre os países analisados, apenas a China tem percentual de doação inferior ao brasileiro (0,2%). Os EUA apresentaram o maior índice de doação, de 2,2%.

Os valores são calculados com base nas doações de empresas e pessoas físicas.

Nos EUA, as doações individuais representam 75% do total. Já na Índia, esse índice é de 26%.

A consultoria prevê que o percentual doado nos países em **desenvolvimento** cresça de maneira significativa.

10% DO GARÇOM

O **Ministério** Público do Trabalho obteve liminar que determina que a rede de restaurantes Outback Steakhouse inclua gorjetas no holerite de garçons e outros trabalhadores para que sejam recolhidas as verbas trabalhistas.

A rede pode recorrer.

Segundo o MPT, o Outback não teria seguido a CLT ao recolher FGTS e pagar férias e 13º apenas sobre o fixo, sem incluir o valor de gratificações. "A gorjeta tem natureza salarial", diz o procurador Ronaldo Lira. A empresa diz que não foi notificada.

CINTURA FINA

A Emagrecentro, de serviços de emagrecimento e estética, inicia a expansão no **mercado** internacional.

Até o final deste ano, serão inauguradas três franquias em Portugal, Angola e Panamá. A primeira a ser aberta será na semana que vem na Cidade do Panamá.

"O que facilitou a entrada no país foi a baixa burocracia para a abertura de empresas", diz o cirurgião plástico Edson Ramuth, fundador da empresa.

"A obesidade é uma epidemia mundial. Em países como EUA e Austrália, 70% da população está com sobrepeso. Temos muito **mercado** para crescer."

Com 201 unidades em 21 Estados brasileiros, a companhia já negocia a abertura de mais 50 franquias até o final deste ano.

"Estaremos em todos os Estados do país até dezembro. O nosso foco também são cidades do interior do país com mais de 100 mil habitantes", diz Ramuth.

As novas unidades devem representar incremento de 25% no faturamento deste ano, que deve chegar a R\$ 63 milhões, segundo projeções da empresa.

NÚMEROS

201

unidades estão em operação no Brasil, sendo 113 no Estado de São Paulo

50

franquias serão inauguradas no país até dezembro e 3 no exterior, em Portugal, Angola e Panamá

Fonte: Emagrecentro

com JOANA CUNHA, ALESSANDRA KIANEK, VITOR SION e CIRILO JUNIOR

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Governo age e <u>dólar</u> tem maior alta em um ano	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo anunciou ontem medidas para inibir a especulação com o dólar. As operações ficarão mais caras, pois quem fechar novos negócios com derivativos e elevar sua posição acima de US\$ 10 milhões recolherá 1% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). O primeiro efeito do pacote foi conter a queda da moeda americana, que teve alta de 1,3% -a maior em um ano- e atingiu R\$ 1,557

Dólar tem maior alta do ano após novas medidas

Moeda americana sobe 1,3% com criação de imposto para derivativos, mas efeito no longo prazo é incerto

Decisão do governo pode inibir especulação, mas aumentará custos para exportadores e empresas endividadas

O governo anunciou ontem novas medidas para inibir a especulação com o dólar no mercado financeiro, em mais uma tentativa de combater os efeitos negativos da enxurrada de dólares que atinge a economia brasileira.

As medidas afetam o mercado de derivativos, instrumentos financeiros que empresas e investidores usam para se proteger contra variações inesperadas na taxa de câmbio ou simplesmente para especular com o dólar.

O primeiro efeito das medidas foi conter a queda do valor da moeda americana, cuja cotação no mercado brasileiro subiu ontem 1,3% e atingiu R\$ 1,557. Foi a maior alta observada em um ano.

Mas o impacto das medidas no longo prazo ainda era considerado incerto ontem. Uma das únicas certezas era que elas aumentarão os custos que as empresas têm para evitar perdas em seus contratos de exportação e com dívidas contraídas no exterior.

O governo anunciou que passará a cobrar 1% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em novas transações feitas por investidores que tiverem mais de US\$ 10 milhões em negócios no mercado de derivativos e quiserem aumentar suas apostas.

Ao apresentar as medidas, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a alíquota do novo imposto poderá ser elevada para até 25% se o governo julgar necessário. "Vamos tirar rentabilidade da especulação", afirmou.

O secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, reconheceu que as medidas trarão custos para os exportadores, um dos principais motores da atividade econômica no país hoje. Mas disse que esses custos poderão ser compensados se a queda do valor do dólar for contida.

O dólar barato ajudou o governo a conter a inflação nos últimos meses, barateando produtos importados que competem com mercadorias nacionais. Mas ele torna as indústrias exportadoras menos competitivas no exterior.

O governo adotou diversas medidas nos últimos meses para conter a entrada de dólares no país, taxando aplicações financeiras e empréstimos externos de curto prazo, mas não conseguiu evitar a valorização do real em relação à moeda americana.

Muitos investidores driblaram as restrições impostas pelo governo e continuaram trazendo dólares para aplicar no Brasil, que é hoje um país atrativo para os investidores por pagar taxas de juros muito superiores às encontradas nos EUA e na Europa.

INTERVENÇÃO

Operadores do mercado de câmbio disseram que as medidas anunciadas ontem dificilmente mudarão isso, mas poderão coibir operações financeiras mais arriscadas como as que muitas empresas teriam feito para lucrar especulando com o dólar.

Muitos investidores se assustaram com o poder que as medidas dão ao governo para intervir de maneira agressiva nos negócios com derivativos. "A medida autoriza uma ampla intervenção no mercado", disse Sidnei Nehme, diretor da corretora NGO.

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, disse que as novas medidas têm o objetivo de garantir a estabilidade financeira do país e não afetarão os investimentos estrangeiros no setor produtivo, que atingiram nível recorde nos últimos meses. "O Brasil continua sendo receptivo a investimentos estrangeiros", afirmou. (SHEILA D'AMORIM, LORENNA RODRIGUES, TONI SCIARRETTA e CIRILO JUNIOR)

E EU COM ISSO?

MESMO SE SUBIR, **DÓLAR** AINDA ESTARÁ BARATO

Se as medidas surtirem efeito, o **dólar** poderá voltar a subir. Essa alta não encarecerá as viagens ao exterior e o preço dos **importados**. A trajetória do **dólar** no mundo é de

baixa. Quem precisa pode comprar em pequenas frações: se a moeda subir, a pessoa terá comprado parte do que precisa com preço bom; se cair, ainda poderá adquiri-la por valor atraente.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO CMN assume batalha cambial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com uma medida provisória e um decreto o governo promoveu ontem uma reviravolta no **mercado** de derivativos de câmbio. A MP 539 teve três grandes objetivos, segundo o secretário Executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa: dar todos os poderes ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para regular o **mercado** de derivativos cambiais no país, exigir que os contratos de balcão sejam registrados nas câmaras de compensação (BM&FBovespa e Cetip) para ter validade jurídica e tributar com IOF, que pode chegar a 25%, a variação das posições vendidas em moeda estrangeira das empresas, bancos e fundos. O decreto fixou a alíquota do IOF ontem em 1%.

Publicados no Diário Oficial cinco dias após a presidente Dilma Rousseff declarar que não faria intervenções na taxa de câmbio enquanto o cenário externo fosse de grandes incertezas, a MP e o decreto criaram muitas dúvidas e perplexidades nos **mercados**.

Derivativos de câmbio são alvo de pesado pacote de medidas

Fernando Travaglini | De Brasília

A indefinição sobre o aumento do teto da dívida americana e o aprofundamento da crise na Europa geraram campo fértil à especulação cambial e precipitaram o anúncio de um pesado pacote de medidas para o **mercado** de câmbio, que deu amplos poderes ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para regular o **mercado** de derivativos e taxou em 1% o descasamento nas posições vendidas no **mercado** futuro.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, justificou a decisão como um "pedágio" para os especuladores que quiserem apostar na valorização do real e garantiu que isso evitará uma maior apreciação da moeda.

As decisões - tanto a MP quanto o decreto presidencial que fixou a alíquota do IOF em 1% - foram publicadas no Diário Oficial de ontem e explicadas ainda pela manhã em entrevista coletiva convocada pelo **Ministério** da Fazenda. O temor da equipe econômica era a possibilidade de uma "forte apreciação do real nas próximas semanas", conforme afirmou

o secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, em meio à piora acentuada dos **mercados** internacionais. O foco das medidas foi o **mercado** de derivativos, tido como o responsável por "grande parte da apreciação" do real, nas palavras do secretário.

A partir de agora, o CMN, formado pelos **Ministérios** da Fazenda e do Planejamento, além do Banco Central (BC), pode, com uma única resolução, mudar desde a margem de garantia requerida para operar nas bolsas até alterar os limites, prazos e demais condições dos contratos nos **mercados** futuro, a termo e de opções.

Conforme assinalou o economista do Itaú Unibanco Darwin Dib em análise divulgada no início da noite: pela primeira vez as medidas cambiais administrativas foram além da ponta do iceberg do **mercado** à vista. "As eventuais próximas medidas de intervenção cambial provavelmente seguirão o caminho dos **mercados** futuros", escreveu ele, completando que, enquanto o **mercado** à vista movimentava US\$ 2 bilhões por dia, o futuro gira US\$ 15 bilhões e é decisivo na formação da taxa de câmbio.

Mantega afirmou que a medida (Medida Provisória 539) autoriza o CMN a fazer a regulação do **mercado** de capitais e de derivativos, a exemplo do que vêm fazendo diversos países no pós-crise, como forma de evitar problemas semelhantes aos enfrentados em 2008.

Na mesma MP, o governo ampliou o escopo do Imposto sobre Operações Financeiras para incluir os contratos derivativos no rol de operações sujeitas ao tributo, alterando a Lei 8.894, de 1994. O valor do contrato considerado para cálculo do imposto será o valor nominal ajustado, ou seja, o produto da multiplicação do valor de referência do contrato (valor nominal) pela variação do preço do derivativo em relação à variação do preço do seu ativo objeto, por exemplo o **dólar** no derivativo cambial.

A alíquota do IOF foi definida, via decreto, em 1% sobre a variação, a cada dia, da exposição vendida líquida dos agentes. Ou seja, toda operação de aquisição, venda ou vencimento de derivativos cambiais que resultem no aumento da exposição líquida vendida das instituições em relação ao

dia anterior será sujeita ao tributo. A única isenção é para posições líquidas inferiores a US\$ 10 milhões.

O governo definiu que a alíquota máxima de IOF que pode incidir sobre esse **mercado** passa a ser de 25%, dependendo apenas de decisão do poder Executivo para alterar, "tendo em vista os objetivos das políticas monetárias e fiscal", segundo texto da MP.

A medida provisória obriga ainda que todos os contratos derivativos celebrados entre os agentes (contratos de balcão) sejam registrados em câmaras de compensação (clearing house), como a BM&FBovespa e a Cetip. O governo estima que o volume de operações não registradas seja pequena, já que desde 2007 (Resolução 3505) os bancos, maiores operadores, já são obrigados a fazer o registro. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também obrigou as empresas de capital aberto a proceder da mesma forma, depois dos problemas enfrentados por diversas companhias na crise de 2008.

As entidades responsáveis por registrar os contratos é que deverão fazer o recolhimento do imposto. É permitida a compensação entre as exposições de um mesmo investidor em diferentes câmaras de compensação. Num exemplo prático, se o investidor - e as informações serão por CNPJ - estiver

comprado em R\$ 100 milhões na BM&F e vendido no mesmo valor na Cetip, ele estará "zerado" e não será tributado.

As medidas foram amplamente discutidas com o BC e a CVM, disse Barbosa, e vinham sendo "analisadas já há algum tempo". Ele garantiu, no entanto, que não haverá medidas relativas a esse **mercado** na reunião do CMN de hoje e disse que o governo vai "**monitorar**" o impacto das decisões para fazer eventuais "ajustes" no futuro.

O decreto também definiu que os contratos de empréstimos no exterior superiores a 720 dias que forem liquidados de forma antecipada estarão sujeitas ao IOF de 6%, com juros moratórios e multa.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO WEG desenvolve sistemas para veículos elétricos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A WEG está apostando no **desenvolvimento** do **mercado** de carros elétricos no Brasil. A empresa vai montar laboratório em Jaraguá do Sul (SC) com o objetivo de capacitar-se como fornecedora de sistemas de tração elétrica para veículos de passeio puramente elétricos e híbridos. Para isso, obteve financiamento de R\$ 7,5 milhões do **BNDES**. O custo total do projeto é de R\$ 12 milhões.

WEG investe no **desenvolvimento** de motor híbrido totalmente brasileiro

Francisco Góes | Do Rio

A catarinense WEG, fabricante de motores e equipamentos para o setor de energia, está apostando no **desenvolvimento** do **mercado** de carros elétricos no Brasil. A empresa faz pesquisas e vai montar laboratório em Jaraguá do Sul (SC), onde fica sua matriz, com o objetivo de capacitar-se como fornecedora de sistemas de tração elétrica para veículos de passeio puramente elétricos e híbridos, aqueles equipados com dois motores: um elétrico e outro a combustão.

Para dar fôlego ao projeto que pode contribuir para o **desenvolvimento** da indústria nacional de carros elétricos, a WEG conseguiu apoio financeiro do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**). O banco aprovou financiamento de R\$ 7,5 milhões, por meio da linha de inovação tecnológica, para a empresa fazer pesquisa e **desenvolvimento** (P&D) na área de tração elétrica veicular. O sistema de tração elétrica inclui motores, geradores e inversores de frequência.

O financiamento do banco corresponde a 62,3% do investimento total da WEG no projeto, que é de R\$ 12 milhões. Leonardo Guimarães, gerente da área industrial do **BNDES**, disse que o financiamento à WEG tem juros de 4% ao ano e prazo total de 84 meses (sete anos), incluindo o período de carência para início dos pagamentos e a amortização. As atividades de pesquisa serão desenvolvidas em Jaraguá do Sul, mas segundo o **BNDES** também poderão ser executadas por parceiros tecnológicos como consultores, universidades ou institutos de pesquisa. A conclusão do projeto está prevista para dezembro de 2013.

A WEG decidiu investir nesse **mercado** apesar das incertezas do carro elétrico no país, que vai concorrer com o flex

Segundo o banco, entre os méritos do projeto está o alto potencial de crescimento do **mercado** de veículos elétricos, com demanda nacional em nichos específicos. É a primeira vez que o **BNDES** financia projeto de pesquisa e **desenvolvimento** aplicado a um sistema nacional de tração elétrica para veículos.

A WEG decidiu investir nesse **mercado** apesar das incertezas que cercam o carro elétrico no país, onde existe um forte concorrente: o carro flex, o qual ganhou espaço nos últimos anos na indústria automobilística e também em termos ambientais uma vez que o etanol é uma fonte de energia renovável.

"A WEG decidiu apostar nesse **mercado** e aproveitar as oportunidades para introduzir uma tecnologia nacional de tração elétrica", disse ao Valor o diretor-**Superintendente** da WEG Automação, Umberto Gobbato. O setor de automação é uma das cinco unidades de negócios da WEG. Gobbato afirmou que foi o **desenvolvimento** da tração elétrica para carros de passeio que motivou o pedido de financiamento ao **BNDES**. O empréstimo está em fase de contratação.

De acordo com o executivo, a WEG tem procurado as montadoras de veículos instaladas no **Brasil** com o intuito de tornar-se uma fornecedora do sistema de tração elétrica para carros híbridos ou elétricos puros. Além das montadoras tradicionais, esse é um negócio que tende a atrair novos investidores interessados em instalar fábricas no país. "Conversamos com vários investidores", disse Gobbato. A WEG trabalha em alguns protótipos em nichos de **mercado**.

A empresa já forneceu o sistema de tração elétrica para um triciclo em forma de carro em fase de projeto. Há também trabalhos envolvendo um quadriciclo com capacidade para duas pessoas. Ambos são projetos que poderiam ser usados em pequena escala, mas a meta da WEG é ambiciosa: quer operar em larga escala comercial nesse setor. Segundo Gobbato, o sistema de tração elétrica para carros de passeio teria alto conteúdo nacional uma vez que só seriam **importados** componentes como chips. A engenharia, o projeto,

o motor elétrico, entre outros itens, seriam produzidos no país. Na visão dele, a WEG é a primeira indústria nacional a investir em um projeto de grande porte nessa área.

Se a aposta der certo - há especialistas que consideram esse um negócio de risco -, a WEG poderia vir a adaptar linhas de **produção** para atender a demanda dos sistemas de tração elétrica para carros leves. Mas de acordo com Gobbato esse não seria um problema já que a empresa tem flexibilidade operacional em seu parque industrial.

A WEG tem tradição no segmento de tração elétrica. A empresa fornece sistemas de propulsão elétrica para navios de apoio às plataformas de petróleo e também tem experiência no setor na área de transporte urbano, incluindo trólebus. A WEG também trabalhou com projeto de ônibus híbrido dentro de um conceito chamado "série", segundo o

qual o motor elétrico é o motor principal de tração sendo acompanhado de um grupo gerador a combustão. É esse mesmo conceito que a WEG defende para os carros de passeio híbridos no Brasil.

Ele difere do conceito "paralelo" segundo o qual o motor a combustão é o principal, e o motor elétrico, auxiliar. "O conceito série tem maior eficiência energética e polui menos", disse Gobbato. Ele disse que a empresa forneceu o sistema de tração elétrica para um ônibus híbrido utilizado na usina de Itaipu que tem chassi feito pela Tutto e carroceria da Mascarello.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO CNI defende medidas mais severas contra concorrência desleal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Conjuntura: Entidade quer adoção de "antidumping provisório" para antecipar aplicação de tarifa punitiva

Claudia Safatle e Sergio Leo | De Brasília

As medidas adotadas pelo governo para conter a especulação com **dólar** poderão ter efeito positivo para desvalorizar o real, mas logo a atratividade do **mercado** brasileiro forçará o **dólar** para baixo, acredita o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade. O Brasil, diz, precisa pensar seriamente em impor limites quantitativos à entrada de capital estrangeiro no país - como a quarentena para ingresso de divisas imposta pelo Chile no passado recente - e tem de apressar a adoção de medidas para fortalecer a **produção** industrial. Aumentar a severidade das medidas antidumping, contra **importações** desleais, deve ser um dos principais pontos da nova política industrial, a ser divulgada na próxima semana, acredita o empresário. Ele argumenta que, hoje, os **importadores** aceleram a compra de produtos estrangeiros sujeitos a processos antidumping, para formar estoques e vender no **mercado** interno.

A CNI sugeriu ao governo - e, segundo Andrade, teve boa receptividade - a adoção de "antidumping provisório": a partir da abertura de investigação por dumping, já começaria a valer o prazo de aplicação das tarifas de **importação** punitivas, sobre os produtos acusados de competição desleal.

"Hoje, um processo desses pode levar até dois anos", diz. "Com essa medida, o **importador** teria de pagar tarifa punitiva relativa a todo esse período, se constatado o dumping". Andrade acredita que a adoção desse mecanismo desencorajaria a **importação** de **mercadorias** com preços artificialmente baixos.

"Tributos, câmbio, custo-Brasil não explicam certas diferenças de preço", afirma. "Embalagens de cosméticos e pastas de dente, que são fabricadas aqui por R\$ 38 o

milheiro, podem ser **importadas** da China por R\$ 3,5. Estão vendendo a qualquer preço, para quebrar a concorrência."

Otimista em relação às medidas que devem ser anunciadas no âmbito de uma nova política industrial, no dia 2, o presidente da CNI cobra, porém, a inclusão de mecanismos para reduzir a tributação sobre as **exportações** e antecipar créditos pagos pelos **exportadores** por impostos embutidos nas matérias-primas e insumos.

As empresas só podem abater em 12 meses o PIS e a Cofins embutidos nos preços de máquinas e equipamentos destinados à **produção**, exemplifica Andrade. "Propusemos ao governo que a recuperação do imposto pago ocorra no mês da compra."

Segundo o presidente da CNI, o setor privado não conseguiu apresentar ao governo uma proposta de compensação para uma possível desoneração das folhas de pagamentos (o fim da contribuição previdenciária das empresas). "Qualquer proposta implicaria aumento de carga para o setor de serviços, ou o industrial ou o agrícola", disse. "O ideal seria não criar compensação, e vincular o ritmo de desoneração ao crescimento da receita da Previdência."

A intenção do governo de aumentar as exigências de conteúdo nacional das empresas beneficiadas por incentivos oficiais é aplaudida pela CNI. Andrade defende que se estenda o programa de prioridade a fornecedores nacionais adotado pela Petrobras a outras estatais, como Eletrobras, Correios, o setor de saúde e aeroportos, por exemplo. Financiamentos do **BNDES** a hidrelétricas, por exemplo, teriam cláusulas de conteúdo nacional mínimo.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Apoio do governo à indústria é pouco eficiente, avalia entidade		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os esforços oficiais para gerar políticas de apoio à indústria criaram **importantes** instrumentos de apoio, mas a ação é dispersa e pouco eficiente, constata estudo recém-concluído pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), para avaliar a crescente dificuldade na **exportação** de manufaturados. As ações do governo ainda são mais voltadas à substituição de **importações** que à promoção de **exportações** de maior valor agregado e falta articulação entre os órgãos públicos encarregados do tema.

O documento, que começou a ser discutido ontem pelos dirigentes da entidade, para basear as negociações de políticas com o governo, defende que se dê maior poder à Câmara de **Comércio** Exterior (Camex), que reúne sete **Ministérios** envolvidos na política comercial. Reivindica, ainda, maior participação do setor privado na definição de medidas de política pública no setor.

A CNI sugere que o **Brasil** siga o exemplo de Alemanha, Coreia e Japão, que confiaram nas **exportações** regionais, e seja mais agressivo nas negociações para ampliar **exportações** brasileiras no continente sul-americano.

O Brasil, segundo a CNI, tem sido excessivamente "defensivo" em suas negociações comerciais, e não explora estratégia **importante** para ampliar vendas no continente, que é a defesa de padrões tecnológicos e regras técnicas homogêneas. Iniciativas como o padrão nipo-brasileiro de **TV digital** e esforços semelhantes nos setores farmacêutico e veterinário devem ser estendidas para os setores automobilístico e de máquinas, por exemplo, sugere o estudo.

O excesso de tributação e deficiências nos mecanismos de financiamento e seguro estão entre os principais pontos a serem enfrentados na política de estímulo às **exportações** proposta pela CNI. O estudo critica a resistência do **Ministério** da Fazenda em unir, em um Eximbank, mecanismos de crédito e seguro de crédito, a exemplo do que ocorre em outros países.

O modelo atual, com o **BNDEx-Exim** encarregado do financiamento e a SBCE e o FGE-Cofig a cargo de seguro de crédito, sem critérios comuns, não é capaz de dar apoio a contratos de **exportação** de maior risco ou prazos mais

extensos e "gera ineficiência na execução" dos programas oficiais de crédito, avalia a CNI.

O documento, embora elogie a rede de promoção de **exportações**, a cargo da Agência de Promoção de **Exportações** (Apex) e do **Ministério** de Relações Exteriores, aponta "baixa coordenação" entre as estruturas do governo, o que gera "desperdício de recursos, informações e inteligência competitiva".

As ações da Apex e do Itamaraty deveriam ser unificadas em um só órgão, que usaria a rede de embaixadas e consulados para estender suas ações, defende o texto. A CNI sugere, ainda, que o governo passe a **monitorar** licitações e compras governamentais ao redor do mundo, e use mais a participação em instituições financeiras internacionais para estimular venda de bens e serviços do país no exterior. A expansão de embaixadas na África e as viagens presidenciais durante o governo **Lula** são apresentados no estudo como "referências positivas" de atuação do governo para expansão das **exportações**.

A carga tributária excessiva faz com que, mesmo com a aplicação de mecanismos de desoneração tributária, os bens **exportados** do país ainda recebam uma carga de impostos alta, entre 9,9% e 13,1% do preço. As dificuldades de uso dos mecanismos de desoneração elevam essa carga até 22,4%.

Entre as medidas sugeridas pela CNI para enfrentar o problema estão a criação de um **mercado** secundário para títulos de crédito fiscal (para que empresas sem impostos a abater vendam a terceiros os créditos de imposto recebidos do governo) e a permissão para que empresas registrem na contabilidade os custos com impostos, mesmo os passíveis de desoneração. Hoje, as empresas que desistem de pedir desoneração são punidas duplamente, por não poderem abater o imposto pago da receita bruta. (CS e SL)

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Setor de ar condicionado sofre com <u>importados</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A maior entrada de ar condicionados importados, que ficaram mais baratos com a desvalorização do dólar, tem incomodado os fabricantes instalados no país desde o fim de 2010. Neste ano, a situação se agravou para algumas empresas como a Hitachi, que fabrica condicionadores de ar residenciais na **Zona Franca** de **Manaus**.

"Está inviabilizando nossa produção", diz o presidente da empresa, Sérgio Inoue. Os valores de importados, segundo ele, são 20% mais baratos, podendo chegar a 40%. "Algumas distribuidoras estão até pedindo para devolver nossos produtos", lamenta.

O executivo da Hitachi afirma que seus estoques devem dobrar se a situação não for contornada. "Não chegamos a vender nem 30% no primeiro semestre [em relação ao volume vendido no mesmo período de 2010]". A Hitachi estuda desenvolver novos produtos para reduzir custos.

Uma grande fabricante de ar condicionado, que não quis se identificar, confirma que está super acirrada a concorrência com os importados, principalmente das empresas Komeco e Midea, que importam diretamente. De acordo com

o presidente da Eletros, Lourival Kigula, todos os fabricantes de **Manaus** estão tendo problemas.

"Se não houvesse essa briga, nosso crescimento poderia ser maior", afirma Mauro Apor, gerente de produto da área de ar condicionado da LG. As vendas da linha residencial da empresa avançaram 20% no primeiro semestre deste ano. No ano passado, o volume mais do que dobrou em relação a 2009.

Os importados respondem por mais da metade do mercado de condicionadores de ar no Brasil. Segundo a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, a participação dos equipamentos nacionais do tipo "split" nas vendas era de 50,3% em 2009 e caiu para 39,2% em 2010, cedendo espaço para os importados. Para este ano, a autarquia só tem dados consolidados até abril. No período, a fatia do produto nacional ficou em 42,2%. Para não perder a guerra, a indústria se organiza para reivindicar aumento do imposto de importação. (AM)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo cria nova taxa para frear especulação com <u>dólar</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para evitar o derretimento do dólar, o governo criou ontem uma espécie de pedágio. A partir de agora, os bancos estarão sujeitos a uma taxa de 1% - podendo chegar a 25% - de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a diferença entre as compras e as vendas no mercado futuro de câmbio. Calcula-se que hoje há US\$ 25 bilhões a mais em operações que apostam em queda do dólar no mercado. Pela manhã, a cotação chegou a subir 2,21%, mas, no fim do dia, o valor já estava em R\$ 1,557, com alta de 1,3%, a maior num dia desde outubro de 2010

Medidas contra a especulação

Governo cria taxa sobre operação que aposta na queda da moeda americana, cuja alta foi de 1,30% ontem

Martha Beck e Bruno Villas Bôas

Na ação mais dura adotada contra a especulação que alimenta o derretimento do dólar, o governo instituiu ontem um pedágio para os investidores que aumentarem suas apostas na queda da moeda americana. Desde ontem, o aplicador que atuar no mercado futuro precisará ficar atento à relação entre sua posição vendida (que espera desvalorização do dólar) e sua posição comprada (que aposta na subida da moeda). Quem fizer operações vendidas acima de US\$10 milhões e não tiver uma contrapartida equivalente em operações compradas, estará sujeito a um Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1% sobre o descasamento. A alíquota poderá ser elevada até 25%, a qualquer momento, caso o governo ache necessário. Estima-se que o descasamento hoje esteja em torno de US\$25 bilhões, sendo um dos principais focos de pressão pela desvalorização do dólar.

O mercado foi surpreendido com o decreto, que só foi explicado uma hora e meia depois. Na abertura, bancos puxaram o freio de mão e a moeda abriu em alta. Por volta do meio dia, subiu a 2,21%, a R\$1,571. Aos poucos, as regras ficaram mais claras. Embora duras, seus efeitos foram considerados de curto prazo. Com isso, a moeda perdeu força à tarde e fechou em alta de 1,30%, a R\$1,557, mas em linha com a valorização do dólar nos mercados internacionais (0,99% frente ao euro). Após seis pregões de queda, foi a maior alta diária no Brasil desde outubro passado. Mas o dólar ainda está nas menores cotações em 12 anos.

"É questão de dias para novas brechas"

A medida passou a valer ontem, data da publicação do decreto. Portanto, os aplicadores que começaram a quarta-feira com uma exposição cambial vendida de US\$50 milhões, por exemplo, pagarão o tributo apenas se esse valor subir. Caso a exposição passe para US\$70 milhões, o investidor será obrigado a recolher IOF de 1% sobre US\$20 milhões, ou seja, R\$200 mil.

A equipe econômica também aumentou o controle sobre derivativos. A partir de agora, as operações terão que ser registradas na BM&FBovespa e na Cetip. Além disso, o Conselho Monetário Nacional (CMN) terá poderes para regular essas operações, podendo exigir depósitos de margem maiores ou limitar alavancagem. O governo fechou ainda uma brecha na taxa dos empréstimos feitos no exterior. Os aplicadores que tomarem crédito externo com prazo acima de 720 dias mas liquidarem a operação antecipadamente terão que pagar IOF de 6% mais juros e multa.

Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o IOF para derivativos foi adotado pois o mercado brasileiro vem sendo alvo de especulação. Ele admitiu que a moeda americana passa por uma desvalorização mundial, mas ressaltou que o quadro aqui é mais grave:

- A desvalorização do dólar é mundial. Mas, no Brasil, temos tido uma valorização a mais porque o país está mais sólido e o mercado de derivativos é organizado. Com essa medida, vamos tirar uma parte da rentabilidade da especulação. Esperamos que haja uma desvalorização do real ou não valorização - disse Mantega. - As medidas que temos tomado impedem que o real caminhe para patamares bastante desconfortáveis. Se não estivéssemos tomando medidas, o câmbio estaria sabe-se lá onde, prejudicando o exportador e o produtor.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, explicou que a medida deve atingir principalmente os investidores estrangeiros. Segundo ele, a maior parte da exposição cambial vendida dos bancos corresponde a esses aplicadores.

Diante do forte impacto das medidas, o **Ministério** da Fazenda convidou ontem para uma reunião representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), BM&FBovespa, Cetip e Associação Brasileira das Entidades do **Mercado** Financeiro e de Capitais (Anbima). Mesmo assim, a maior parte dos especialistas consultados pelo GLOBO ainda tinha dúvidas. Entre elas, se teriam que pagar imposto mesmo se registrassem perdas nas operações. Segundo os analistas, as medidas, mais uma vez, não impedirão, por muito tempo, a desvalorização do **dólar**. Eles se questionam sobre a voracidade com que o governo pretende elevar o imposto, que pode chegar a 25%. E dizem que a moeda segue pressionada pelos elevados juros brasileiros - 12,50% ao ano, um dos maiores do mundo - e a crise da dívida dos Estados Unidos e Europa.

Para o economista-chefe da Prosper Corretora, Eduardo Velho, a medida deverá manter a moeda entre R\$1,56 e R\$1,58 no curto prazo. No fim do ano, continuará abaixo de R\$1,60. Mas lembra que, sem as medidas dos últimos meses, a moeda americana estaria atualmente na faixa de R\$1,30.

- A reação do **mercado** diz mais sobre o susto com a medida do que uma avaliação sobre sua consequência. Tanto que vimos a moeda perder força à tarde. Não tenho dúvida que é questão de dias para o **mercado** encontrar novas brechas e voltar a operar normalmente - afirma João Ferreira, diretor da corretora Futura.

As medidas fazem parte de um arsenal para tentar segurar a queda do **dólar**. O governo foi fechando brechas para aplicações de estrangeiros em renda fixa e empréstimos no exterior. Também já havia encarecido operações com derivativos ao elevar o IOF sobre a margem de garantias que precisa ser depositada no país. A posição vendida dos bancos caiu de US\$14,696 bilhões no fim de junho para US\$8,127 bilhões até 22 de julho.

Agora, os técnicos preveem um impacto mais forte, mas sabem que a ação ainda é um paliativo para um problema estrutural. As medicações eficazes seriam um controle severo de fluxo de capitais ou uma radical mudança do regime cambial - ambas fora de cogitação. Por isso, o foco será tratar dos efeitos colaterais do **dólar** fraco por meio dos incentivos que serão dados na política industrial.

- As medidas (de ontem) vêm no sentido de reduzir o potencial de alavancagem contra o **dólar** e a favor do real - disse o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

COLABOROU: Vinicius Neder

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Exportadores serão prejudicados com taxaço do IOF, dizem especialistas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Martha Beck

Bruno Villas Bôas

BRASÍLIA e RIO. A decisão de taxar as operações com derivativos penaliza não só os especuladores, mas também os exportadores. As empresas que vendem suas mercadorias no exterior fazem operações no mercado futuro para se proteger de variações cambiais (hedge) e vão acabar pagando o IOF.

- Acaba penalizando o exportador duas vezes. Ele vai pagar mais caro pelo hedge e continuará prejudicado pela queda do dólar - diz o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luís Afonso Lima.

O próprio secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, admitiu que os exportadores serão afetados. Mas explicou que o limite de US\$10 milhões para o descasamento entre operações foi dado para poupar os exportadores que ficam vendidos nas operações.

- A valorização do real neste momento é mais prejudicial à economia do que benéfica - disse Barbosa.

Para Wolfgang Walter, presidente da Global Hedging, os exportadores foram os maiores prejudicados. Ele diz que o governo não explicou de que forma não seriam afetados:

- Como BM&F e Cetip, que fazem a liquidação dos contratos, vão diferenciar especuladores e exportadores que fazem proteção na hora da cobrança do imposto? Eles vão ter que levar seus contratos de exportação, seus crédito em dólar?

Para Luciano Rostagno, estrategista-chefe da CM Capital Market, seria impossível adotar medidas para conter as posições vendidas no mercado futuro sem afetar os exportadores.

- O exportador seria beneficiado, do outro lado, pela valorização do dólar. Mas quem garante que isso vai acontecer?

É nisso que acredita o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, que comemorou as medidas:

- As medidas anteriores atacavam efeitos e não causas. Agora, o governo atacou diretamente a especulação que provoca a valorização do real. Foi a medida mais eficaz adotada.

	VEÍCULO PORTAL A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Omar entrega nesta quinta ADI contra decreto que desonera <u>ICMS</u> para tablets		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Omar está confiante de que o Amazonas vai reverter a situação junto ao Supremo Tribunal Federal

O governador Omar Aziz cobra promessa da presidente Dilma sobre medidas que evitem prejuízos à ZFM (Alexandre Fonseca)

O governador Omar Aziz se encontra amanhã (28), às 16h, em Brasília, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, para entregar em mãos a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo Governo do Amazonas contra o Decreto 57.144 do governo de São Paulo, que desonera a cobrança de ICMS para a produção de tablets naquele estado.

Omar está confiante de que o Amazonas vai reverter a situação junto ao Supremo. “Como se trata de uma decisão monocrática, o próprio presidente pode decidir”, disse Omar Aziz, ao lembrar que Peluso já havia se manifestado recentemente contra a Guerra Fiscal entre os Estados.

No último dia 1º de junho o STF declarou inconstitucional leis de seis estados e do Distrito Federal que concedem benefícios relativos ao ICMS sem aprovação do Conselho Nacional de Fazenda (Confaz). Cezar Peluso resumiu o problema em uma frase: “Benefícios fiscais concedidos ao arrepio da Constituição”.

Para Omar, o decreto do governador de São Paulo, Geraldo Alkmin, é uma afronta ao Supremo Tribunal Federal. “Uma decisão positiva vai coibir os outros estados de tentar fazer o mesmo e vai abrir precedente para que façamos o mesmo em relação aos celulares e monitores de LCD”.

Omar voltou a criticar a posição de ministros da presidente Dilma Rousseff, que não tomaram posição em relação aos últimos “ataques” sofridos pela Zona Franca de Manaus em relação às suas vantagens comparativas.

“Minha posição em relação ao Governo Federal é muito clara. Ela (presidente Dilma Rousseff) deu a palavra dela que iria preservar as vantagens competitivas do nosso Polo Industrial. É preciso que os ministros dela façam as coisas acontecerem não só em relação ao tablet, mas também em relação ao contrabando legalizado dos splits”.

Omar denunciou aos ministros da Fazenda Guido Mantega, da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, e do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Fernando PIMentel, que os Estados de Santa Catarina e Espírito Santo estão importando ar-condicionado split da China, sem cobrar ICMS, prejudicando a produção da Zona Franca.

	VEÍCULO PORTAL AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO O encontro de trabalhadores vai ocorrer no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas.		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MANAUS – O Sindicato dos Metalúrgicos vai promover, nesta quinta-feira (28), assembleia geral entre os funcionários de empresas e fábricas do **Pólo Industrial** de **Manaus** visando definir os rumos da Campanha Salarial 2011. Segundo o sindicato, até o momento nenhuma entidade patronal apresentou contrapropostas satisfatórias.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana as reivindicações são válidas tendo em vista o faturamento das empresas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**. ” De acordo com informações divulgadas pela **Suframa**, as indústrias do **Pólo Industrial** faturaram mais de R\$ 16 bilhões de janeiro a maio. A cada ano as empresas do **PIM** batem recordes de faturamento, mas nunca repassam isso para os salários ou por alguma outra vantagem para os trabalhadores”, diz o metalúrgico.

Além das cláusulas econômicas – reajuste salarial, aumento real, as cláusulas prioritárias nas mesas de negociações serão as que tratam das melhorias na saúde. “Nós queremos sensibilizar as empresas e comprometê-las com essas iniciativas porque sem saúde perde o trabalhador e o estado, que tem de arcar com os custos porque grande parte das empresas não quer assumir isso como um problema seu”, diz Santana.

O encontro de trabalhadores vai ocorrer no Sindicato dos Metalúrgicos do **Amazonas**, na rua Duque de Caxias, 958 – bairro Praça 14 de janeiro, entre as ruas Manicoré e Ramos Ferreira, a partir de 18h.

	VEÍCULO PORTAL AMAZÔNIA	EDITORIA
	TÍTULO Suframa avalia investimentos de US\$ 599,4 mi no PIM nesta quinta	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

A pauta consta de 50 projetos industriais e de serviços que somam investimentos totais de US\$ 599,4 milhões e que deverão totalizar 3.412 empregos diretos

MANAUS – Projetos de aproveitamento de insumos regionais, projetos do polo de Duas Rodas e de **produção** de tablets estão entre os destaques da 251ª reunião do Conselho de Administração da **SUFRAMA** (CAS) que acontece nesta quinta-feira, 28, na sede da autarquia. A pauta consta de 50 projetos industriais e de serviços que somam investimentos totais (incluindo capital de giro) de US\$ 599,4 milhões e que deverão totalizar 3.412 empregos diretos nos próximos três anos.

A reunião será presidida pelo secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Alessandro Teixeira, e terá ainda a participação do presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Alziro Herz da Jornada.

Durante a reunião do Conselho, será assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a **SUFRAMA** e o Inmetro visando a mútua cooperação para o **desenvolvimento** e a implementação do programa de avaliação da conformidade para produtos manufaturados com matéria-prima da **Amazônia** Brasileira. O acordo vai contribuir para a implantação do Selo Amazônico para produtos à base de matéria-prima da região.

Projetos

Dos projetos de implantação os destaques são o beneficiamento de borracha granulada no município de Iranduba, pela Andrade Ribeiro Indústria do Látex Ltda. O investimento reforça a cadeia produtiva da borracha para atender a fabricante de pneus Levorin e é mais um investimento que contribui para a interiorização do **desenvolvimento** na região. Os investimentos fixos são de US\$ 2.2 milhões com geração de 68 novos empregos.

Acre

Levando investimentos para o Estado do Acre, a Ouro Verde **Importação e Exportação** Ltda. prevê investir US\$ 14 milhões para produzir artigos de madeira para construção

civil e madeira beneficiada. São previstos 137 novas vagas de empregos.

Grandes Marcas também trazem projetos de implantação no **PIM** como a Pioneer a Jabil do Brasil. As duas empresas tem projetos para produzir câmara de vídeo de imagens fixas. O investimento da Pioneer é de US\$ 2.6 milhões com 121 empregos e o da Jabil é de US\$ 694 mil com 353 empregos.

Diversificação

O Polo de Duas Rodas continua um dos setores que mais atraem investimento no **PIM** ajudando a adensar a cadeia produtiva das motocicletas. A Metalfino da **Amazônia** tem projeto de US\$ 4.8 milhões e geração de 72 empregos para produzir peças fundidas para motocicletas e similares. A Daido Indústria de Correntes planeja investimentos de US\$ 881 mil para **produção** de corrente de transmissão de comando de válvulas para motos.

A Sumidenso da **Amazônia** tem outro projeto de componentes (condutor elétrico para motocicletas) com investimentos de US\$ 898 mil e previsão de gerar 419 empregos. A empresa **regional** R. C. A da **Amazônia** tem projeto para produzir cabo de força com peças de conexão. Os investimentos giram em US\$ 563 milhões com 89 postos de trabalho. A Indústria de Transformadores da **Amazônia**, prevê US\$ 36 mil para produzir transformador de dielétrico líquido. A Philco quer produzir **monitor** de vídeo com tela de LCD para informática com investimentos de US\$ 9 milhões e adicional de 57 empregos.

A Pioneer tem projeto de diversificação para o player de DVD e Blu-Ray com investimentos de US\$ 262 mil e dez empregos. O projeto da Panasonic para a **produção** de telefones (sem fio) deve ter investimento de US\$ 1.3 milhão e 81 vagas. Dois projetos de tablets constam da pauta do CAS.

A Positivo Informática deve investir US\$ 19.4 milhões com 27 empregos e a Samsung, US\$ 20.6 milhões com 54 novos postos de trabalho. Terreno Além dos projetos industriais, a pauta do CAS, no item Proposições, apresenta o pedido de autorização para doação de terreno com 92.946 metros quadrados localizado na área de expansão do **Distrito Industrial** para a **Amazonas** Energia.

A área deverá abrigar uma das subestações de energia que fará parte da interligação do Sistema de **Manaus** com o Sistema Nacional via o Linhão de Tucuruí.